



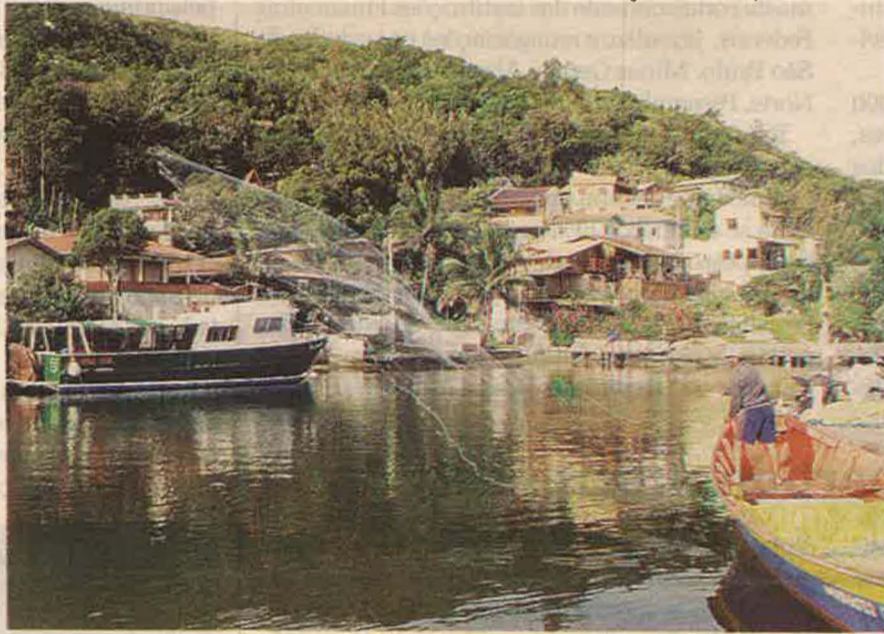
Plano Safra e portaria das tarrafas debatidos antes do recesso

(fotos Solon Soares)

Dois audiências públicas foram realizadas pela Comissão de Agricultura antes do recesso iniciar. No dia 27, o Plano de Safra do ano agrícola 2003/2004 do governo federal foi apresentado aos parlamentares. O secretário da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Valter Bianchini., anunciou R\$ 500 milhões para atender 130 mil famílias em Santa Catarina.

No dia 30, foi a vez da polêmica portaria do Ibama proibindo a pesca com tarrafa em todo país ser debatida na Assembleia, reunindo representantes de pescadores, deputados, e representantes do órgão federal e da Secretaria Nacional da Pesca. Na quinta-feira (2), uma comitiva catarinense esteve conversando com a superintendência do Ibama em Brasília, mas o impasse permanece.

Página 07



Audiências do Orçamento começam no dia 21

Equipes integradas por servidores da Coordenadoria do Orçamento da Assembleia e parlamentares iniciam, no próximo dia 21, o roteiro das audiências públicas regionais em que lideranças comunitárias, empresariais e políticas vão discutir e definir as prioridades de cada região para o Plano Plurianual (PPA) e o Orçamento Estadual 2004.

Até o dia 8 de agosto, o Legislativo terá passado por 29 cidades, sedes das secretarias regionais do Executivo, que vai participar dos encontros conforme acordo entre os Poderes. Duas equipes saem simultaneamente a cada semana até completar o roteiro.

Página 05



Uma política que imponha limites ao poder econômico sobre a pesca artesanal é reivindicada pelos pescadores

no **AL** COMUNIDADE

Página 08

Segurança Pública

Meio Oeste apresenta reivindicações

Concórdia e Joaçaba, no Meio-Oeste catarinense, foram os dois municípios que receberam os deputados da Comissão de Segurança Pública nos dias 25 e 26 de junho. As visitas fizeram parte do roteiro de 17 audiências públicas, iniciado em maio e que está percorrendo todas as regiões do Estado. Mais sete audiências estão marcadas para agosto e setembro nas cidades de Araranguá, Criciúma, Tubarão, Lages, Rio do Sul, Itajaí e São José. Com isso, será montado um diagnóstico sobre a segurança pública em Santa Catarina que será entregue ao governador.

Página 04

Governar 2003

Políticas públicas

O Congresso Nacional de Administração e Desenvolvimento Municipal, realizado de 26 a 28 de junho no CentroSul, trouxe à Capital mais de 700 pessoas, entre prefeitos, vereadores, lideranças empresariais e comunitárias para debater o Papel dos Municípios na Distribuição das Políticas Sociais do Governo Federal. Entre

as autoridades presentes a ministra-adjunta do Ministério das Cidades, Ermília Maricato, que abriu o ciclo de palestras do evento na noite do dia 26, e a ministra da Assistência e Promoção Social, Benedita da Silva, que participou de painel no dia seguinte, juntamente com as prefeitas de Florianópolis, Angela Amin, e de São Paulo, Marta

Suplicy. A ministra enfatizou que sua pasta está recadastrando e revendo os projetos de cunho social que estavam diluídos em diversos ministérios. "Estamos montando um sistema único de cadastramento. Com isso, vamos efetivar os planos nacionais de Atendimento à Família, ao Idoso e ao Jovem", sintetizou. As duas prefeitas falaram sobre os projetos que vêm desenvolvendo na área social. O presidente da Assembleia, deputado Volnei Morastoni (PT), participou de um painel sobre o papel do Legislativo neste contexto e anunciou parceria com a Acafe para o Fome Zero. O Governar 2003 foi promovido pela Associação Brasileira de Prefeituras e pelo Instituto Municipalista Brasileiro, com apoio do Fórum Parlamentar Catarinense, governos federal e estadual e Assembleia Legislativa.



Na mesa, a senadora Ideli Salvatti (PT), a ministra Benedita da Silva, as prefeitas de São Paulo, Marta Suplicy e de Florianópolis, Angela Amin.

Página 03

Entrevista: Presidente avalia primeiro semestre

Página 06

Mutuários da Cohab: Quem são os responsáveis pela inadimplência em massa? *

Os mutuários da Cohab enfrentam uma situação inusitada, são: inadimplentes, muitos há mais de dois anos, sem poder saber quanto devem, como pagar ou quitar seus débitos junto à Cohab.

Tudo iniciou em 1998, ano que a Cohab vendeu seus ativos para a Caixa Econômica Federal (CEF). No ano de 2001, o Banco Central realizou uma inspeção nas instituições financeiras federais e constatou a necessidade de adoção de medidas saneadoras, em função disto o Governo Federal criou a empresa Empresa Gestora de Ativos (Emgea), que por sua vez contratou a CEF para administrar seus créditos junto aos mutuários. Resultado: os mutuários não conseguiram mais renegociar suas dívidas.

Hoje a situação é crítica, no Brasil são 874.000 contratos, recursos da ordem de R\$ 26 bilhões, aqui em Santa Catarina são 8.843 contratos dos quais apenas 992 estão adimplentes.

A pergunta que faço é a seguinte: Será que 89% dos mutuários de Santa Catarina são maus pagadores?

A Assembléia tem que tomar uma posição. Encaminhei para a Comissão de Transportes e Desenvolvimento Urbano pedido de Audiência Pú-

blica para tratar deste assunto, para que alguém venha até esta casa e diga como vai ser renegociada esta dívida. Não é possível que os mutuários continuem querendo regularizar sua situação e ninguém os ajude, ou contribua para que isto aconteça.

É necessário reavaliar os imóveis, recompor as dívidas, reformar contratos. Ninguém quer os imóveis de graça, apenas as pessoas desejam prestações "pagáveis", para que em breve possam ser donos do que já é seu.

A empresa Emgea, criada pelo dec. n.º 3.848, de 26/06/2001, instituída em decorrência do Programa de Fortalecimento das Instituições Financeiras Federais, já realizou renegociações nos estados de São Paulo, Minas Gerais, Alagoas, Rio Grande do Norte, Pernambuco, Goiás e Bahia.

Temos que nos manifestar, exercer pressão para ocorra aqui em Santa Catarina esta iniciativa.

Temos que dar um encaminhamento, não interessa se é Cohab, CEF, Emgea ou seja lá quem for. Estas pessoas devem saber que alguém está olhando por elas e que este alguém seja a Assembléia Legislativa, que assumirá um papel de extrema importância para estas famílias catarinenses.

* **Deputado Mauro Mariani (PMDB)**

Porque deixei o partido progressista *

A democracia de fato só existe com uma oposição forte e responsável. Nas últimas eleições, por decisão do eleitor, o PFL foi designado a ser oposição, tanto no âmbito nacional como aqui em Santa Catarina. Esse posicionamento firme do PFL está dando uma contribuição valiosa ao processo democrático no Brasil. O Governo Lula transformou-se num grande rolo compressor, exercendo o poder a qualquer custo, já que o próprio presidente vem afirmando que "só Deus" o impedirá de fazer as reformas que ele considera necessárias. Por isso é que o partido está levantando a bandeira de fiscalizador do Executivo.

Essa postura do PFL me motivou a continuar nas fileiras da oposição. Vou estar na Assembléia Legislativa para ajudar, com meus companheiros, a cobrar as ações e os compromissos assumidos em campanha dos governos estadual e federal eleitos no último pleito. Esse é o meu papel e é por isso que estou filiando-me ao PFL. Tenho certeza que vou contribuir muito com o partido que me acolhe, pois vou continuar honrando a confiança que o povo catarinenses me creditou.

Estou deixando o PP, não por mágoa ou diversi-

dade, mas sim pela busca de novos espaços para poder dar continuidade ao meu projeto futuro, que é fortalecer as ações políticas do Estado. Minha saída do PP não pode ser considerada uma traição aos meus eleitores, tenho respeito por esse partido e não foi nada fácil tomar essa decisão. Mas, o que me deixa tranquilo é que não estou tomando essa iniciativa por negociações ou por acertos políticos, porque se fosse para fazer isso me filiaria num partido que dá sustentação ao governo. Tenho absoluta certeza que juntos, PFL, PP e outros partidos que estão fazendo oposição, vamos continuar exercendo esse papel, que é nosso dever.

Sendo assim, deixo o PP na busca de um espaço político no qual eu possa dar continuidade ao meu projeto e o sonho da gente do Alto Vale do Itajaí, que é o de continuar lutando pelo engrandecimento das políticas catarinense e brasileira.

A recepção que tive junto à bancada pefelista nesta Casa me dá a certeza de ter acertado na escolha da agremiação, já que não estou ganhando nada em troca a não ser o companheirismo dos meus novos parceiros políticos.

* **Deputado Nelson Goetten de Lima**

Afalesc faz doação de agasalhos

Foram entregues na segunda-feira (30), no hall, as primeiras doações da Campanha do Agasalho promovida pela Associação dos Funcionários da Assembléia Legislativa (Afalesc). O evento contou com a presença do presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), e da presidente da Afalesc, Liciamara Faria Laus Campos.

As instituições beneficiadas pela primeira distribuição de roupas e cobertores foram o Centro de Educação e Treinamento Esperança (Cete), representado na cerimônia pelo presidente, Jonas Edison da Silva; a Escola de Mulheres, por Zenaide Ferreira dos Santos, e o Centro Espírita Frederico José Rolla, localizado no Saco dos Limões e representado por Maria José Bernardes de Oliveira.

Jonas enalteceu a importância de campanhas de solidariedade como essa para amenizar os problemas das crianças e jovens.

"Todas as camadas da sociedade são sempre importantes, sozinhos não conseguiríamos", concluiu. Maria José afirmou que a doação é vital para a sua comunidade, muito carente. "Vão ser de grande valia para o Centro, pois estamos entrando no inverno". Ao abrir o evento, Liciamara comentou a importância da participação dos servidores na campanha, que vai continuar até o final do inverno. Agradeceu a ajuda da Presidência e salientou o bem que a campanha traz para a sociedade, informando da realização de novas promoções da Associação no segundo semestre, entre elas, uma contra a fome e a de Natal.

Morastoni disse estar muito contente com o sucesso das campanhas realizadas pela Afalesc, que cumpre assim seu dever com a sociedade. "A solidariedade é um sentimento muito nobre, não estamos fazendo nenhum favor a essas instituições, mas sim, reconhecendo seus esforços". (DAB)

Moção

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, acolhendo proposição do **deputado Genésio Goulart (PMDB)**, agradece pelo empenho dos funcionários da Afalesc que participaram da preparação, organização e divulgação da audiência pública sobre a *Carcinicultura* no dia 12 de junho, na cidade de Laguna.

Em especial, felicita ao jornalista Léo Borba e equipe da TVAL pela isenção e profissionalismo com que pautaram a produção do documentário sobre o tema, que serviu de fonte de informação para um melhor conhecimento da questão da *Carcinicultura*.

Deputado Volnei Morastoni Presidente

O Leitor

oleitor@alesc.sc.gov.br

Pergunte ao deputado

pergunteaodeputado@alesc.sc.gov.br

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Volnei Morastoni (PT)

1º Vice-Presidente: Onofre Agostini (PFL)

2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)

1º Secretário: Romildo Titon (PMDB)

2º Secretário: Altair Guidi (PP)

3º Secretário: Sérgio Godinho (PTB)

4º Secretário: Francisco de Assis (PT)

Conselho Editorial: Cleia Braganholo, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rubens Vargas

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751

Fax: 223-7021

alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Marise Ortiga Rosa

Edição: Cleia Braganholo e Mirela Maria Vieira

Coordenador: Celso A. S. da Rosa

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Redatores: Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Tatiana Kinoshita, Carlos Agne e Graziela May Pereira

Estagiária: Denise Arruda Bortolon

Assessores de Imprensa: Acácio Martins, Adriane Canan, Ana Maria Baggio, Andréa Leonora, Antônio Peres, Carmen Leite Rovira, Clodoaldo Volpato, Cristiane Mohr, Dayana Rampinelli, Danilo Barcellos Coutinho, Edson Junkes, Emanuelle Torres, Evandro Saad, Felipe Antônio Damo, Fernando Mattos, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Celso Rodriguez, Júlio Cancellier, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Marcelo Lubi, Marcelo Santos, Marco Zanfra, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Milton Alves, Nara Cordeiro, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Ula Weiss e Valmir Matos

Relações Institucionais: Jamile Machado, Maria do Carmo Kravchychyn, Valeska Bittencourt Coelho e Luciano de C. Oliveira

Diagramação e artes: Rafael dos Santos

Revisão: Mirela Maria Vieira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Ciro Cordeiro, Marco Apolo de Freitas, Ronaldo Rolnei Souza e Volnei Esmeraldino

Expedição: Edna Schumacker, Soraia Marçal Boabaid e Simone Marçal Alves

Impressão: Diário Catarinense

Morastoni anuncia parceria com Acafe para o Fome Zero

Mirela Maria Vieira

Dentro da proposta de integração da Assembléia a programas que promovam políticas de inclusão social e resgate da cidadania, o presidente da Casa, deputado Volnei Morastoni (PT), anunciou no dia 27, em sua participação no Governar 2003, que será celebrado um convênio com a Acafe. A parceria integra as ações do Fórum Parlamentar Permanente do Fome Zero, integrado por deputados de todos os partidos com assento no Legislativo estadual, e vai permitir a elaboração de um diagnóstico preciso da miséria e da fome em cada município catarinense.

“Teremos um verdadeiro atlas da miséria no nosso estado, que acreditamos, será de fundamental importância para as parcerias entre governos federal, estadual e municipal, na implemen-

tação das ações necessárias na luta contra a miséria e pela inclusão social”, assinalou, durante a palestra em que abordou *O Papel do Legislativo no Desenvolvimento de Políticas Sociais, no Combate às Desigualdades, Inclusão Social e Resgate da Cidadania*. A palestra integrou o painel Pacto Social para a Distribuição das Políticas Sociais, terceiro da programação do **Governar 2003 – Congresso Nacional de Administração e Desenvolvimento Municipal**.

Morastoni assinalou que o parlamento tem, dentro de sua

missão essencial de legislar e fiscalizar as ações do governo, a obrigação de cumprí-la em favor justamente do combate às desigualdades, e da efetiva implementação de políticas capazes

de alavancar o desenvolvimento em benefício da sociedade. O trabalho de cooperação com o Poder Executivo, mantendo sua independência na elaboração de políticas sociais, disse o

presidente, deve nortear a atuação do Parlamento.

Participantes – Integraram ainda o painel o secretário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Airton Langaro Dipp; o presidente do Sebrae Nacional, Silvano Gianni; o presidente da Eletrosul, Milton Mendes e o empresário Beto Carreiro. Na manhã do dia 27, no painel *Governos estaduais - políticas bem sucedidas*, palestraram o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), o presidente do Instituto Municipalista Brasileiro, Paulo Silva Alvarenga, o presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, Márcio Lopes de Freitas, e o presidente da Aneel, Álvaro Mesquita. No dia 28, encerramento do Congresso, os participantes puderam conhecer melhor o Programa Fome Zero e fazer questionamentos e reivindicações.



Governador Luiz Henrique participou de um dos painéis do evento

Bombeiros são homenageados

Os integrantes do Corpo de Bombeiros lotaram o plenário da Assembléia mais uma vez na noite de segunda-feira (30) para receber homenagem, em sessão solene requerida pelo deputado Francisco de Assis (PT), relativa ao *Dia dos Bombeiros Brasileiros*, comemorado em 2 de julho.

“Este ano, além da data comemorativa, temos a emancipação do Corpo de Bombeiros da Polícia Militar para festejar”, enfatizou Assis, que entregou uma placa em homenagem à desvinculação da PM ao tenente-coronel Adilson Alcides de Oliveira, comandante do Corpo de Bombeiros.

O secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, deputado João Henrique Blasi, anunciou para agosto a remessa à Assembléia dos projetos regulamentadores da emenda. A desvinculação do Corpo de

Bombeiros da Polícia Militar foi resultado de projeto de emenda constitucional (PEC) de autoria do deputado Assis, desarquivada em fevereiro deste ano e aprovada em plenário no dia 13 de junho por unanimidade.

O Corpo de Bombeiros catarinense foi criado em 1926, como parte integrante da Polícia Militar, por determinação da administração estadual, composto inicialmente por 27 militares.

Prestigiaram também a cerimônia os deputados Celestino Secco (PP), Onofre Agostini (PFL) e Sérgio Godinho (PTB), o comandante geral da Polícia Militar, coronel Paulo Conceição Caminha, o coronel-aviador Eduardo Sebastião, comandante da Base Aérea de Florianópolis, e o general Ademar da Costa Machado Filho, comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada. (MMV)



Deputado Assis, comandante Adilson Alcides e Milton Lazari, da reserva da PM



O deputado Sérgio Godinho, terceiro da direita para a esquerda, durante o seminário

Seminário em Portugal

No início do mês de junho, entre os dias 2 e 6, o deputado Sérgio Godinho (PTB) participou, sendo convidado para presidir os trabalhos, na cidade de Caldas da Rainha, a 80 km de Lisboa, do Seminário “Modernização da Gestão Municipal: A Experiência Portuguesa e sua potencial aplicação às Municipalidades Brasileiras”. Aproximadamente 80 prefeitos dos dois países acompanharam conferências sobre o meio ambiente, turismo, saúde, bem-estar social, educação, urbanismo, saneamento,

esportes e indústria.

Para o parlamentar, o evento proporcionou uma grande troca de informações sobre o modelo internacional a ser adotado na administração pública. “Sem dúvida, minha bagagem cultural, empresarial, humana e política se enriqueceu muito depois desta experiência”.

Godinho revelou que no parlamentarismo, sistema político adotado por Portugal, a administração municipal cabe ao presidente da Câmara de Vereadores, sendo que seus pares atuam como secretários, reunindo-se na

casa legislativa uma vez por semana para deliberar sobre as obras a serem realizadas nas freguesias. Quanto ao turismo, ele destacou a preservação do patrimônio histórico ao citar que na cidade de Santarém milhões de euros estão sendo investidos para restaurar um teatro erguido há quase mil anos. Godinho demonstrou admiração pelo fundador do Museu de Arte Moderna (MAM) do Rio de Janeiro, Ricardo Cravo Alvim, que brindou o público com o seu vasto conhecimento da área cultural. (RV)

Concórdia: criminalidade juvenil e infantil

Rose Mary Paz Padilha

Concórdia recebeu a Comissão de Segurança, no dia 25 à noite, na Fundação Adolfo Bosio de Educação no Transporte (Fabet). Os deputados João Rodrigues (PFL), presidente da Comissão, Lício Mauro da Silveira (PP), Wilson Vieira - Dentinho (PT) e Nilson Nelson Machado-Duduco (PP) ouviram os relatos de autoridades regionais preocupadas com os problemas que envolvem a segurança pública.

Os relatos apresentados durante o encontro não foram diferentes dos outros municípios visitados anteriormente. Segundo o delegado regional, Luiz Augusto Buchele, que atende 13 municípios da região, há deficiência de oito investigadores, três escrivães e dois delegados. "Ipumirim e Itá serão comarcas e precisaremos de muito mais gente", afirmou. Disse que, por falta de pessoal, muitos policiais estão fazendo trabalho burocrático nas delegacias, deixando de lado as investigações.

O major Paulo Henrique

Hemm, comandante da Polícia Militar de Concórdia e região, afirmou que a delinquência juvenil é um dos problemas mais graves. "Temos menores que estão no crime desde os seis anos de idade. Um deles, hoje com 11 anos, teve, somente este ano, 35 passagens pela polícia", contou. Afirmou que muitos deles, depois de cometer o delito, se auto-agridem para acusar os policiais. "Hoje temos 29 policiais indiciados por agressão

a menores. Precisamos ativar o Centro de Internação Provisória (CIP), construído há quatro anos, e sem nunca ter sido ativado".

O delegado Clomir Badarotti falou da necessidade da contratação de novos policiais e delegados e reforçou a necessidade de abertura do CIP de Concórdia, onde os menores ficam por um período de 45 dias até que haja decisão da Justiça. Reclamou também que a Polícia Civil não

tem que cuidar do trânsito e sim das investigações.

As deficiências nas condições de trabalho, que incluem falta de armas, de munição e de treinamento, além de salários ruins, foram alguns dos problemas levantados pelo investigador Gilmar Borato. Num desabafo, Odair dos Santos falou em nome de 370 policiais aprovados no último concurso da Polícia Civil, mas que ainda não foram contratados.

"Pela primeira vez estou sendo ouvido. Há seis meses enfrento dificuldades financeiras enquanto aguardo pelo emprego, sem solução até agora. O máximo que recebemos do governo foi uma ajuda de custo de R\$ 150 para os três meses em que ficamos na academia, em Florianópolis, no ano passado".

Visitas - No dia 26, pela manhã, os deputados Lício, Duduco e Dentinho iniciaram o rotei-



Autoridades da região, deputados Dentinho e João Rodrigues na audiência

ro de visitas pela Delegacia Regional de Concórdia. Há vagas para 74 presos, mas o local abriga 125. Parte deles trabalha na costura de sapatos e na confecção de mochilas escolares. A faixa etária dos presos, na maioria, está entre 18 e 25 anos. Roubo, furto e consumo de drogas constituem a maior parte dos casos, mas no local também estão presos sete empresários de Concórdia envolvidos no desmonte de veículos. No Corpo de Bombeiros Voluntários a reclamação foi a falta de recursos para a compra de equipamentos e manutenção do local. São 119 bombeiros formados, mas trabalham 23. Desses, 11 são pagos pela prefeitura e 12 com recursos da comunidade.

A última visita dos parlamentares em Concórdia foi na comunidade de Fragosos, onde foi construído o CIP. Eles visitaram o prédio que deveria abrigar os menores infratores, mas não tiveram uma explicação convincente dos motivos da não ativação, apesar de estar concluído. "Vamos descobrir os motivos", disse o vice-presidente da comissão, deputado Dentinho.

Em Joaçaba furto é campeão das ocorrências

Em Joaçaba a primeira visita dos três deputados foi no presídio, que também enfrenta a superlotação. Há vagas para 42 presos, mas 99 dividem espaço nas celas. O diretor Nilto Barcaro, afirmou que 95% dos detentos trabalham em atividades como artesanato, confecção de esfregões de aço, limpeza de rodovias e na horta do presídio, com a produção de temperos e saladas. Barcaro falou da necessidade de mais dois vigilantes para o presídio. Segundo ele, a maior parte dos apenados está presa por furtos, homicídios e tráfico de drogas.

Ao contrário de Concórdia, o CIP de Joaçaba está em funcionamento. O local abriga sete menores, mas há vaga para oito. Segundo Jurandir de Almeida, diretor, o furto é o delito mais cometido pelas crianças e adolescentes internos. Há seis meses o Estado não repassa recursos para o CIP, que é administrado pela Apae. A dívida é de R\$ 38 mil e, em função disso, três funcionários estão com ações trabalhistas contra o governo. Só não falta comida para os menores porque a compra dos alimentos está sendo feita por um dos funcionários voluntários.

No Corpo de Bombeiros, em Herval D'Oeste, os três deputados receberam um documento com as principais reivindicações daquela corporação, entre elas a necessi-



Deputados Dentinho, Duduco e Lício Mauro em visita à Delegacia

dade de um plano de cargos e salários. Segundo o comandante, tenente Marcos Alves da Silva, há necessidade de mais bombeiros para atender a região. "Daqui a seis anos, 80% dos bombeiros irão para a reserva".

O roteiro pela região foi encerrado com uma audiência pública na noite do dia 26, nas dependências da Unoesc. Com exceção do Judiciário, compareceram representantes das Polícias Civil e Militar, Deic, empresários e Gerência Regional de Educação.

Delinquência juvenil, arrombamentos, assaltos, roubos, baixos salários e deficiência no nú-

mero de policiais foram os principais problemas levantados durante o encontro. O gerente regional de Educação, Ricardo Tommasi, reafirmou a necessidade de investimentos na área educacional para evitar a criminalidade. "A educação é a base de tudo, desenvolvendo desde a infância a consciência sobre direitos e deveres do cidadão".

O major Luiz Roberto Quadros, comandante do 2º Batalhão da Polícia Militar, disse que a corporação atende 25 municípios e recebe diariamente reclamações de problemas no atendimento. "Onde estão os prefeitos, os juízes e os promoto-

res, que deveriam estar aqui para discutir os problemas da segurança pública? Eles reclamam, mas não compareceram neste debate, depois vêm nos fazer cobranças". O major disse que a corporação tem equipamentos, viaturas e armas de qualidade, mas faltam policiais para o trabalho e salários compatíveis com as necessidades pessoais e familiares. "Muitos são obrigados a trabalhar em outras atividades informais, os chamados *bicos* para sobreviver".

Numa demonstração de coragem e de revolta, o policial Jacinto Danieli, com mais de 20 anos de profissão, questionou sobre o destino de vários delinquentes presos pela PM, mas que estão fora do presídio. "É preciso rever várias questões. Somos trabalhadores honestos, cumprimos com nossas obrigações, pagamos nossos impostos, enquanto que uma série de absurdos são cometidos neste país, envolvendo autoridades".

Uma das alternativas apresentadas durante o encontro para a ressocialização de presos foi o trabalho nos presídios e penitenciárias. Mas Dentinho falou da preocupação em criar empregos no sistema carcerário. "Sou a favor do trabalho para os presos, mas se todo o Brasil fizer isso, temo que faltará emprego para quem estiver do lado de fora e isso é algo para ser pensado". (RMPP)



PM Jacinto Daniel, num desabafo, reclamou melhores condições de trabalho

Investimentos do Estado

Prioridades apontadas servirão de diretriz para PPA e LOA 2004

Mirela Maria Vieira

Aprovado na Comissão de Finanças e Tributação, presidida pelo deputado Djalma Berger (PFL), na quarta-feira (25), o calendário das 29 audiências públicas, envolvendo Legislativo e Executivo, resultou de proposta definida por uma equipe mista composta por servidores da Coordenadoria do Orçamento da Assembléia e da Secretaria Estadual de Planejamento, Orçamento e Gestão.

Nos encontros conjuntos do Executivo e Legislativo, serão apontadas as prioridades que servirão de base para a elaboração do Plano Plurianual (PPA), referente ao planejamento de investimentos do Estado para os próximos quatro anos (2004-2008) e da Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício financeiro de 2004. Os encontros acontecem simultaneamente nos municípios sedes de duas secretarias regionais por data. As prioridades serão colhidas pelos Conselhos de Desenvolvimento Regional, representantes de entidades civil e comunidade.

A proposta de realização de au-

diências conjuntas partiu dos deputados petistas Dionei Walter da Silva e Wilson Vieira - Dentinho. Com isso, eles esperam que se garanta o equilíbrio entre os dois poderes e a participação popular. Os representantes da sociedade civil terão direito a voto nos encontros. As propostas apresentadas pelos cidadãos terão o mesmo peso das elaboradas pelos Conselhos Regionais.

Planejamento

O Plano Plurianual (PPA) estabelece de forma regionalizada as diretrizes e metas da administração estadual quanto às despesas de capital e investimentos em programas de duração continuada, num período de quatro anos. O PPA é encaminhado pelo Executivo no segundo semestre do primeiro ano de um novo governo.

Já a Lei Orçamentária Anual (LOA) deve estar em consonância com o PPA e define todos os gastos - investimentos, pagamento de dívidas, manutenção da estrutura pública -, sobre uma projeção de receita, feita com base na avaliação da arrecadação de impostos estaduais e repasse de recursos da União.

1ª Semana	Data	Dia da semana	Horário	Cidade	Cidade
	21/07	Segunda	08:00	São Miguel d' Oeste	Maфра
	22/07	Terça	08:00	Maravilha	Ibirama
	23/07	Quarta	08:00	Palmitos	Rio do Sul
	24/07	Quinta	08:00	Chapecó	Ituporanga
	25/07	Sexta	08:00	São Lourenço d' Oeste	Brusque

2ª Semana	Data	Dia da semana	Horário	Cidade	Cidade
	28/07	Segunda	08:00	Xanxerê	Araranguá
	29/07	Terça	08:00	Concórdia	Criciúma
	30/07	Quarta	08:00	Joaçaba	Tubarão
	31/07	Quinta	08:00	Campos Novos	Laguna
	1º/08	Sexta	08:00	Videira	São Joaquim

3ª Semana	Data	Dia da semana	Horário	Cidade	Cidade
	04/08	Segunda	08:00	Caçador	Itajaí
	05/08	Terça	08:00	Curitibanos	Blumenau
	06/08	Quarta	08:00	Lages	Jaraguá do sul
	07/08	Quinta	08:00	Canoinhas	Joinville
	08/08	Sexta	08:00	São José	



Mapa das Audiências Públicas

Legislativo aprecia 240 proposições no primeiro semestre

Audiências públicas regionais e na sede do Poder ampliaram círculo de debates

A realização de dezenas de audiências públicas, levando a Assembléia para fora dos limites da sede do Poder, ouvindo os catarinenses diretamente em suas regiões. Foi a base da atuação do Poder Legislativo no primeiro semestre. A crise na segurança pública, os caminhos para incrementar o turismo, a revisão da forma de concessão de bolsas de estudo para o ensino superior, os transgênicos (produtos geneticamente modificados), municipalização dos serviços de água e saneamento. Estes foram temas que levaram as Comissões a percorrer todas as regiões do Estado, passando por São Miguel d'Oeste, Balneário Camboriú, Chapecó, Tubarão, Joinville, Blumenau, Lages, Itapema, entre outras.

Representantes do Executivo estadual e federal e de organiza-

ções da sociedade civil foram chamados pelos deputados de todos os partidos à sede do Parlamento catarinense, para explicar, questionar e debater a política agrícola, políticas para inclusão étnica na educação, a polêmica envolvendo a Udesc, a criação da reserva florestal no Oeste, a aplicabilidade dos recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), a situação das rodovias no estado, as reformas da previdência e tributária. Desta forma, o círculo dos debates de questões que atingem direta e indiretamente toda a sociedade está ampliando-se cada vez mais, dando maior efetividade às duas missões maiores dos parlamentares: legislar e fiscalizar as ações



Participação da sociedade motiva trabalho dos parlamentares

do Executivo de maneira a integrar um número cada vez maior de catarinenses à cidadania.

Além das audiências, foram re-

alizados vários seminários e congressos. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), para averiguar as razões do endividamento

trabalhista da Casan, foi instalada e vinte e dois Fóruns Parlamentares Permanentes foram criados.

Proposições - Um total de 240 proposições foram apreciadas desde o início dos trabalhos da atual legislatura, em fevereiro deste ano. Setenta e três foram aprovadas, entre elas duas emendas constitucionais e cinco leis complementares, depois das discussões e adequações necessárias.

Uma das emendas à Constituição estadual deu autonomia administrativa e financeira ao Corpo de Bombeiros, antes parte integrante da Polícia Militar. A outra acrescentou parágrafo ao artigo 113. O novo parágrafo estabeleceu prazos para a emissão, pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), de parecer sobre as contas municipais. (MMV)

Morastoni: "Vamos intensificar a integração com a sociedade"

Mirela Maria Vieira

Eleito em primeiro de fevereiro deste ano para a presidência da Casa, iniciando uma nova legislatura, o deputado Volnei Morastoni (PT), fez um balanço destes primeiros meses de atuação do Parlamento catarinense. Acompanhe alguns trechos da entrevista concedida no dia 3 ao AL Notícias.

AL Notícias: Qual a avaliação que o senhor faz destes primeiros meses presidindo a Assembléia?

Volnei Morastoni: A avaliação é muito boa, muito positiva. Foi um período de muito trabalho. Podemos dizer que trabalhamos em três turnos aqui na Casa: de manhã, à tarde e à noite. O trabalho foi intenso, produtivo, a Assembléia se transformou num verdadeiro centro de debates. Debates sobre temas de interesse nacional, como as reformas – da previdência, tributária -, terras de marinha e tantos outros assuntos do maior interesse da sociedade. Também em temas eminentemente regionais, como a duplicação do trecho sul da BR-101 e muitas audiências públicas. Dezenas de audiências nas áreas da segurança pública, da educação, de turismo e meio ambiente, agricultura. Então, foi um trabalho muito produtivo.

AL Notícias: A pauta projetos foi vencida?

Morastoni: Sim, vencemos a pauta de todos os projetos que estavam tramitando na Casa neste período em condições de votação, chegando ao período do recesso com o dever cumprido.

AL Notícias: O Legislativo está dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal?

Morastoni: Bem, nós recebemos a Assembléia no início do ano, em fevereiro, com algumas dificuldades no setor financeiro, porque, pela LRF, nós temos que nos comportar dentro de determinados parâmetros, principalmente, com relação a gastos de pessoal e de serviços de terceiros. E, tanto no pessoal, quanto no de serviços de terceiros, nós estamos acima do limite prudencial, como é chamado. Isto exigiu e exige ações concretas no sentido de poder diminuir estas despesas para que possamos ficar dentro do limite determinado como ideal. Nós recebemos a Casa com um percentual de 2,20% da receita líquida disponível – como define a LRF -, comprometidos com gastos com pessoal. Precisamos chegar a 2,10%, que é o limite definido como ideal. Já baixamos para 2,18%, mas não é fácil, porque há um crescimento sempre vegetativo, natural, da própria folha de pagamento. Mas estamos encaminhando uma série de medidas nesse sentido, fe-

chando todas as torneiras, para que possamos avaliar todos os setores que demandam gastos, despesas. Muitas dessas providências estão ainda em marcha, cujos resultados advirão na medida em que formos implementando essas propostas, principalmente no segundo semestre.

AL Notícias: Que tipo de medidas?

Morastoni: São medidas que vão afetar desde o parque gráfico da Casa, despesas com terceirização do parque gráfico, despesas na área de informática, vamos remodelar todo o sistema, além de modernizá-lo. Realizamos um seminário sobre software livre onde, nessa direção, se nós implantarmos as medidas que estamos delineando vamos ter redução substancial de custos na área. Em todas as áreas estamos tomando as providências para otimizar os gastos, fazendo com que os recursos de que dispomos possam ser muito melhor aplicados, inclusive implementando novos programas.

AL Notícias: Em que sentido?

De todas as participações que a sociedade deve ter na política, através das mais variadas formas dos conselhos em todas as áreas, de saúde, de educação, de todas as atividades das políticas públicas, a mais importante, sem dúvida, prioritária, é a participação na elaboração do orçamento.

Morastoni: Queremos implantar um programa de políticas afirmativas, de um compromisso verdadeiramente social da Casa, enquanto instituição, em relação à sociedade. Por exemplo, estamos desenvolvendo e pretendemos implementar, a partir de agosto, o projeto Antonieta de Barros, coordenado pela Escola do Legislativo. Vamos admitir dezenas de jovens que estejam em

situação de risco social nas suas comunidades.

AL Notícias: Como está o processo de reforma e ampliação do espaço físico do Poder?

Morastoni: Essas ampliações estão em consonância com o nosso entendimento de que cada vez mais a AL tem que ser verdadeiramente a Casa do Povo. Nessa linha, as reformas que pretendemos fazer significam uma ampliação de espaço para trazer mais a comunidade aqui para dentro. Teremos um grande auditório, com 500 lugares, uma grande praça de eventos, tudo num espaço que hoje está ocioso e que pode ser muito bem aproveitado para fortalecer as nossas atividades. Vamos ampliar as salas de reu-



(Foto Carlos Kilian)

niões. Uma Assembléia como a nossa, que tem 12 comissões permanentes, mais de uma dezena de fóruns, que realiza tantas atividades, tem apenas duas salas de reuniões e um plenarinho com 100 lugares. Esse espaço é insuficiente.

AL Notícias: Qual o cronograma da obra e qual o acordo com o governo para a sua realização?

Morastoni: Desde o início tivemos o apoio do governador Luiz Henrique da Silveira. Ele esteve aqui na Casa, numa reunião com todos os deputados, quando lhe apresentamos o projeto, as idéias, e imediatamente foi constituída uma comissão mista da Assembléia e Executivo. Esta comissão tratou de todos os encaminhamentos, como as providências no sentido de prever a obra na Lei de Diretrizes Orçamentárias, no Plano Plurianual, para que estivessem inseridos tecnicamente e legalmente os dispositivos para processar os recursos necessários para este empreendimento. Mantivemos contato com arquiteto deste prédio, que ganhou a condição de ser arquiteto-autor da obra na década de 60, quando venceu um concurso público. Nós queremos preservar a autoria. Creio que, num

prazo máximo de três meses, devemos vencer todas as etapas para lançar a licitação, iniciar as obras ainda esse ano e, até meados do próximo ano, termos a obra pronta.

AL Notícias: O que representa o Orçamento regionalizado na sua administração?

Morastoni: É muito importante. De todas as participações que a sociedade deve ter na política, a mais importante, sem dúvida, é a participação na elaboração do orçamento. É o orçamento que vai estabelecer prioridades, definir o que precisamos fazer nas áreas da saúde, segurança pública, educação, ou quais políticas são mais importantes e imprescindíveis. Esse processo tem que ter a presença ativa da sociedade. Isto é o orçamento regionalizado que a Assembléia preconiza e que a gente defende que o Executivo também tenha essa forma de governar, que é o orçamento participativo.

AL Notícias: Este ano as audiências do

regionalizado serão conjuntas?

Morastoni: Dentro desse entendimento, demos um grande passo este ano, gerado por um entendimento sensato e maduro, entre a Assembléia Legislativa, através da nossa Comissão de Finanças e Tributação, e Executivo, através da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão do governo do Estado, para realizarmos em conjunto as audiências. É o que vai acontecer no período de julho a agosto, com a realização de 29 audiências públicas, uma em cada cidade que sedia as secretarias regionais. No final, após a sistematização de todas as informações e propostas da comunidade, haverá uma última audiência pública, geral, para em conjunto com os representantes da sociedade das regiões, definirmos com exatidão as prioridades entre as prioridades.

AL Notícias: Como o senhor avalia o papel fiscalizador do Executivo nesse período?

Morastoni: A relação com o Executivo está sendo harmoniosa, mas ancorada na independência. Ao mesmo tempo, temos uma relação de reciprocidade e cooperação, de bom senso. Tanto a situação, quan-

to a oposição, tem o mais amplo e livre campo de atuação aqui. Não há nenhum tipo de cerceamento, nenhuma restrição. A oposição trabalha livremente, ela está presente, como deve estar, em todas as comissões, nos fóruns, nas missões, se manifesta regimentalmente dentro de todo o espaço que tem. A oposição, aliás, está fazendo o seu papel, se manifestando amplamente, livremente, no Parlamento, e fora dele. E também os partidos que formam

a base de sustentação do governo também têm tido a sua atuação. E o próprio PT que, tradicionalmente, sempre esteve na oposição no nosso Estado, que tinha uma atuação até mais intensa enquanto oposição, está numa outra situação, que considero madura, sensata. É um partido que não está no governo do Estado, mas há uma relação de responsabilidade, porque o PT é governo federal, está no governo federal. Quem governa o Brasil, governa Santa Catarina, governa cada um dos municípios. É importante que o PT tenha o entendimento novo também, de que é governo sim, é uma nova missão que o povo de Santa Catarina também deu ao partido e não teria sentido estar cumprindo o papel que sempre tão brilhantemente cumpriu antes. É uma nova missão, uma nova condição, mas mesmo assim, quando tem que discordar; tem discordado, quando tem que denunciar tem denunciado da tribuna, nas comissões, nas votações.

Queremos implantar um programa de políticas afirmativas, de um compromisso verdadeiramente social da Casa, enquanto instituição, em relação à sociedade. A partir de agosto devemos estar com o projeto Antonieta de Barros implementado, sob a coordenação da Escola do Legislativo. O programa será voltado ao jovem em situação de risco social.

Ibama X Tarrafas

Parlamentares querem tratamento regionalizado

Rose Mary Paz Padilha

Para a maioria dos setores presentes à audiência pública realizada na manhã do dia 30, no plenarinho, a portaria 30/2003 do Ibama, proibindo a pesca com tarrafa, é inadequada e inoportuna, porque tira dos pescadores artesanais o direito de garantir a sua própria subsistência, já que o peixe é o principal produto da alimentação e única fonte de renda dessas pessoas.

A audiência para discutir a portaria que proibiu a pesca com tarrafa em todo o país foi solicitada pelo deputado federal Edison Andrino (PMDB/SC) e requerida pelo presidente da Comissão de Agricultura, deputado Mauro Mariani (PMDB). Representantes do Ibama, da Secretaria Nacional da Pesca, da Federação dos Pescadores, do Sindicato dos Pescadores Artesanais e da Secretaria da Agricultura estiveram presentes.

O presidente do Sindicato dos Pescadores, Osvani Gonçalves, solicitou ao Ibama que encaminhe relatório provando que a tarrafa causa impacto ambiental, o que, segundo ele, não ocorre. "Não aceito penalizar os pescadores que dependem da pesca para sobreviver. Estamos desencaixando uma campanha

para que os pescadores continuem a pescar com tarrafa até obtermos esse relatório", contestou.

O único defensor da portaria do Ibama foi o presidente da Federação dos Pescadores de Santa Catarina, Ivo da Silva, que declarou que Florianópolis é uma situação diferente do restante do país. "Penso que é preciso rever essa questão para a Capital". O chefe do escritório estadual da Secretaria Nacional da Pesca, Américo Ribeiro Nunes, admitiu que houve precipitação do órgão federal e da secretaria em pro-

mulgar a portaria e que ela precisa ser revista.

Carlos Rogério Poli, gerente de Pesca da Secretaria da Agricultura, com mais de 30 anos de experiência no setor pesqueiro, disse que não há suporte científico comprovando que a tar-

rafa agride ao meio-ambiente. "A tarrafa é um dos equipamentos mais seletivos para a pesca". Rogério alertou que proibir a pesca artesanal é aumentar o número de excluídos no país e que, segundo a Unesco, o mar é um patrimônio comum.

Para o deputado Lício Mauro da Silveira (PP), o encontro foi satisfatório. "Pela unanimidade de opiniões, há algo errado nessa portaria. Entristece-me saber que a única posição em defesa da portaria seja da federação dos pescadores", disse.

Andrino defendeu que a portaria não pode ser igual para todo o país, onde as situações da pesca são diferenciadas. "Cada Estado deve ter legislação específica sobre este assunto e é isso que vamos defender".



Posição contrária à portaria foi unanimidade na audiência



Deputado federal Edison Andrino defendeu legislação específica

Divulgação do Plano Safra

O Plano Safra do ano agrícola 2003/2004 foi tema da audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura, em função de requerimento do deputado Dionei Walter da Silva (PT), no dia 27. Com a presença de representantes das Federações de Agricultura de Santa Catarina (Faesc), dos Trabalhadores Rurais (Fetaesc), dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (FetraF-Sul), da Secretaria de Agricultura e dos secretários da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário, Valter Bianchini, e de Política Agrícola do Ministério da Agricultura, Régis Norberto Cunha, foram debatidas formas de ampliar a in-

formação sobre o conjunto de normas de financiamento para o Plano Safra.

Segundo Dionei, o grande objetivo será propiciar o acesso a esta linha de crédito, através da informação, principalmente aos agricultores que possuem propriedade familiar, que representa 90% do segmento em Santa Catarina. "Muitos deles não têm acesso aos recursos pela falta de informação provocada pelo sistema financeiro. Não queremos que isso aconteça mais e estamos preparando cartilhas, seminários e audiências para divulgar o Plano Safra", diz Dionei.

Recursos

O secretário Valter Bianchini informou que este ano o governo federal ampliou os recursos e irá destinar para o subsídio dos agricultores R\$ 32 bilhões, sendo R\$ 5,4 bilhões para a agricultura familiar, atendendo 1,4 milhão de famílias. O incremento nas linhas de financiamento é uma forma de incentivo a produção alimentar, para atender a demanda do programa Fome Zero e para a recomposição de estoques. "Para Santa Catarina serão destinados R\$ 500 milhões, atendendo aproximadamente 130 mil famílias", destacou Bianchi-

ni. Informou ainda que houve simplificação do acesso ao crédito que será disponibilizado através do Banco do Brasil.

Régis Cunha defendeu o financiamento com recursos públicos para o pequeno agricultor. "A necessidade de financiamento da agricultura no país é de R\$ 84 bilhões. A agricultura comercial tem mecanismos próprios para se autofinanciar". O representante da Fetaesc, Carlos Augusto Volpato, salientou a importância de recuperar a auto estima da agricultura familiar pelo fundamental papel econômico e social que exerce. (SD)

... Curtas ...

Apae de Palhoça

O deputado Djalma Berger (PFL) viabilizou junto ao governador a liberação de subvenção social no valor de R\$ 50 mil destinada à Apae de Palhoça. A verba vai recuperar o prédio da entidade incendiado no dia 5 de fevereiro deste ano, quando foram queimados vários equipamentos de fisioterapia, móveis escolares, materiais didáticos, além de destruir completamente duas salas de aula e danificar a estrutura física do imóvel e demais dependências da escola.

Redutores de velocidade

Ao secretário de Infra-estrutura o deputado José Paulo Serafim (PT) solicita instalação de redutores de velocidade nos quilômetros 11 e 13 da SC-446, no sentido Orleans/Urussanga. As comunidades atendidas são as de São João do Rio Maior e Rio Maior.

Laboratório em Itajaí

A implantação de um laboratório de análises do solo, raízes e foliares no Estado foi solicitada ao governador e ao Secretário da Agricultura pelo deputado Nilson Gonçalves (PSDB). O parlamentar atende a pedidos da Associação Comercial, Industrial e Agrícola de Schroeder (Acias), solicitando que o laboratório seja instalado junto à estação experimental de Itajaí.

Suínos vivos

O deputado Antônio Carlos Vieira (PP) solicita ao secretário da Fazenda para que seja reduzido o valor da Pauta de Valores Mínimos para as operações da saída de suínos vivos. No mês de abril deste ano, o Estado teve a maior queda na produtividade industrial dentre todas no país e essa redução causa impacto na arrecadação.

ICMS

A prorrogação e a manutenção da redução da alíquota de ICMS referente a Sindpedras do Estado está sendo requerida pelo deputado Valmir Comin (PP) ao governador. Os motivos da solicitação são a elevada carga tributária e a estagnação da economia.

Controle de tráfego

O deputado Wilson Vieira - Dentinho (PT) pede ao comandante da Polícia Rodoviária Estadual, major Paulo Ekke Moukarzel, a implantação de controle de tráfego em rodovia estadual em frente a uma escola no bairro Itinga, em Joinville.

Creche em Imaruí

O deputado Francisco de Assis (PT) pede a realização de convênio entre o Estado e a Prefeitura de Imaruí para auxiliar no término da construção da creche em Aratingaúba, em Imaruí. Solicita também nova incorporação no efetivo policial militar nos municípios de Bombinhas, Porto Belo e Itapema.

(GMP)

Pescadores: sem esperanças de um futuro melhor

Carlos Agne

Vítimas da exploração de empresários que tentam monopolizar o setor e, muitas vezes, da sorte, a vida dos pescadores artesanais do Sul do estado não é das melhores. Vivem preocupados com a falta de condições de proporcionar qualidade de vida aos seus familiares, não vislumbrando deixar sua profissão como herança para os filhos, culpando o poder público pela falta de atenção e de uma política pesqueira para subsistir com dignidade.

Levantar às quatro horas da madrugada, fazer frio ou calor, despedir-se com um beijo na mulher e filhos, sem saber o que o destino reserva em mais um dia de trabalho no mar, é a rotina de um pescador artesanal, cuja única riqueza é o seu barco e a vontade de dar à família uma vida digna, sem que a fome ronde e bata à sua porta. Na bolsa, a metade de um pão caseiro recheado de lingüiça e uma garrafa de café. No coração, os pedidos para Nossa Senhora dos Navegantes prover uma boa viagem e uma pesca produtiva, mesmo que, ao retornar à terra tenha que entregar seu peixe aos atravessadores por poucos reais.

Essa é a maior reclamação dos pescadores. O baixo preço pago pelos proprietários de empresas com câmaras frias e que vendem o pescado para outras localidades, inclusive para o eixo Rio-São Paulo, é o que mais atemoriza esses abnegados homens do mar. "Nós sofremos muito com a ação desses empresários que buscam monopolizar o setor, não permitindo a entrada de empresas de outras cidades para apanhar nosso pescado. Assim, temos que nos sujeitar a receber pouco. Com isso, o que nos sobra mal dá para comprar alimentos para o sustento de nossas famílias. Vivemos hoje sem saber o que nos espera no futuro", desabafa o pescador da praia do Farol, José de Lima Cardoso.



Praia do Farol de Santa Marta

Empresários da pesca exploram o pescador do Farol

Pai de dois filhos, com a mulher doente e sem condições de trabalhar, aos 47 anos de idade e vivendo da pesca desde que se conhece por gente, como diz, José Cardoso se soma a uma gama de pescadores que não sabe o que o futuro reserva. Teme não poder levar alimentação aos familiares e chega a pensar em abandonar a atividade se o poder público não criar, e efetivamente implementar, uma política pesqueira que dê condições de uma vida digna.

"Da maneira que está não dá mais. Saímos de madrugada de casa e voltamos à noite, praticamente sem esperanças de um dia melhor. Somos explorados pelos empresários que possuem câmara fria e que negociam o produto que pescamos com mais de 300% de lucro. Eles nos pagam R\$ 0,70 pelo quilo de peixe e monito-



José Cardoso

ram o mercado. Não deixam ninguém mais entrar na área pois podem inflacionar. Chegam a ameaçar quem tentar entrar aqui. Eles é que querem definir os valores e continuar a nos explorar", denuncia.

Cardoso afirma que todos seus companheiros de atividade no Farol de Santa Marta sofrem com o problema e estão

desgostosos com a profissão. "Muitos estão com vontade de parar. Não temos mais condições de sobreviver assim. Os empresários conseguem empréstimos para investir na atividade e o pobre do pescador, aquele que trabalha para tirar o peixe da água, fica sendo explorado e não tem acesso a financiamento. Agora colocam um secretário da pesca que nunca pescou, a não ser lambaris, com caníço, à beira de açude e que nada mostrou ainda para beneficiar nossa categoria", ironizou indignado. Segundo ele, não existem formas de organizar-se e de formar uma cooperativa, pois há a certeza de que não contarão com apoio político e que qualquer idéia que os beneficiem, com certeza, vai ser derrubada por quem domina o mercado local de compra de peixes.

Situação não é diferente em Itapirubá



Samuel Fernandes

Os pescadores da praia de Itapirubá, localizada ao sul de Imbituba, também reclamam dos mesmos problemas, apesar de contar com uma associação de classe que reúne cerca de 10 barcos e cerca de 60 pescadores. De acordo com Samuel Fernandes, 36 anos, a falta de união entre eles tem colaborado para que o governo não proponha ações concretas para o desenvolvimento da atividade pesqueira artesanal e se junta ao coro de manifestações contra o poder público.

"Nós não temos ninguém em nossa defesa e o nosso pescador mal ganha para sobreviver. Aqui trabalhamos de 15 a 20 dias por mês porque dependemos das condições do mar. Quando não é o vento nordeste que impede de irmos lá para fora, o mar grosso dificulta a nossa saída", explica. Samuca, como é mais conhecido na praia norte, observa que, apesar de tudo, o pescador local ainda consegue levar seu quinhão para casa e receber seu dinheiro nas sextas-feiras. "Tem uma empresa de pesca que vem buscar o produto aqui na praia, diariamente. É uma garantia para o trabalhador receber seu dinheiro semanalmente. Se dependêssemos de outros empresários, na maioria desconhecidos, poderíamos até ser ludibriados e ficar sem o pagamento. Aqui o pescador vende o peixe sem cheque. É no fio de bigode", diz.

Associação realiza fórum e pede atenção governamental

A necessidade de dar atenção a políticas direcionadas à pesca artesanal, para que as comunidades pesqueiras continuem existindo e se fortaleçam, motivou a realização em Itapirubá do I Fórum Regional da Pesca Artesanal, coordenado pela Associação de Pescadores e Proprietários de Embarcações local. O presidente da entidade, Júlio César da Silva Athanázio, observa que o evento serviu para demonstrar o abandono em que se encontra o pescador artesanal e suas comunidades, sofrendo sem

uma legislação específica que beneficie o setor.

"Evidenciou-se a presença de sérios conflitos entre os pescadores artesanais e mergulhadores de costões e ilha oceânicas, com sérias desvantagens para os primeiros. Tanto na captura do pescado quanto vítimas de ameaças de lesões corporais e, em alguns casos, de morte. Constatamos no Fórum que é necessário que sejam tomadas providências nas esferas federal, estadual e municipal para a garantia da sobrevivência desses pescadores artesanais, como trabalhadores, preservando com isso sua cultura e modo de vida", destacou Athanázio.



Júlio César da Silva Athanázio